

Brasil segue exemplo argentino

País retomou pagamentos e busca um acordo com o FMI, como fez a Argentina

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — No início do ano passado, quando o governo do presidente Carlos Menem voltou a pagar 15% dos juros da dívida externa aos bancos, depois de anos de calote, o comportamento argentino passou a ser trombeteado pelos credores como um exemplo no qual o Brasil deveria se inspirar.

Em seu onisciente embalo inicial, o governo Collor decidiu, no entanto, que o Brasil não se rebaixaria a seguir na trilha de seu errático vizinho pois, como gostava de dizer a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o País buscava “uma solução definitiva” para o problema da dívida. Em janeiro, isolado e sob intensa pressão, o Brasil finalmente copiou a Argentina: retomou o pagamento de um terço de suas obrigações com os bancos, mas o fez tarde demais para receber qualquer crédito político pela iniciativa.

O exemplo argentino poderá operar novamente contra o Brasil no momento em que o segundo ministro da Economia do governo Collor começa novos entendimentos para um acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Marcílio Marques Moreira chegou ontem em Washington para despedir-se formalmente do cargo de embaixador nos Estados Unidos e iniciar os entendimentos com o FMI. Ele dirá ao diretor-gerente da instituição, o francês Michel Camdessus, que o governo Collor quer chegar o mais rapidamente possível a um acordo com o Fundo, mas não se comprometerá com metas que não pode cumprir, como fizeram os governos de João Figueiredo e de José Sarney nos dois arranjos mais recentes entre o País e a instituição.

O Brasil, dirá o ministro, quer que o Fundo reconheça o esforço de ajustamento que o País fez desde março do ano passado e que é preciso tempo para serem executadas as reformas necessárias à estabilização definitiva da economia.

A exemplo do Brasil, a Argentina não cumpriu nenhum dos cinco acordos que negociou com o FMI desde o início da crise da dívida. Contudo, nem esse dado nem o ceticismo de alguns analistas sobre a capacidade política do governo de Buenos Aires de executar planos de austeridade de forma continuada impediram o ministro das Finanças do país, Domingo Cavallo, de chegar a um entendimento com o FMI.

O acordo, que deve ser aprovado pela diretoria da instituição no fim do mês, prevê um empréstimo de US\$ 1 bilhão, a ser desembolsado no prazo de um ano, com cerca de um quarto destinado ao financiamento de operações futuras de redução de dívida com os bancos comerciais. A Argentina comprometeu-se a produzir um saldo fiscal de US\$ 4,2 bilhões em março do ano que vem e aumentá-lo para US\$ 4,9 bilhões, ou perto de 4% do PIB, no último trimestre do acordo, que vai até junho de 1992.

“Nós não vamos nos comprometer com nenhum resultado espetacular de saldo fiscal no início de um programa”, disse o secretário do

Planejamento, Pedro Parente, duas semanas atrás, em Washington.

Um país economicamente mais frágil e várias vezes mais endividado que o Brasil, o fato é que a Argentina começou a ganhar a batalha das percepções com seu agressivo programa de privatização, o sucesso inicial da política monetária radical introduzida por Cavallo e as promessas que fez ao Fundo de reduzir o funcionalismo federal e aprofundar a reforma tributária que já iniciou. “É irônico”, mas a Argentina é hoje um exemplo para o Brasil”, diz um funcionário norte-americano. A dúvida é se a Argentina é um exemplo que o Brasil pode seguir.